



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS-TRE/AM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E FINANÇAS-SAO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS-COSEG
SEÇÃO DE TRANSPORTE-SETRAN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020-MPOG)

Contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da Cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE.

Processo Administrativo Nº 11315/2020

Sumário

I – INTRODUÇÃO	3
II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	3
II-1 – Justificativa da necessidade da contratação	3
III – DA REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, SE HOUVER	4
III-1 – Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.....	4
III-2 – Vinculação com a política pública do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.....	6
IV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
IV-1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade	6
IV-2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado	6
IV-3 – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada	7
IV-4 – Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada.....	7
IV-5 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas	8
IV-6 – Soluções de mercado que atendam aos requisitos da contratação pretendida.....	8
V – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES	9

V-1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte.....	9
V-2 – Necessidade de materiais específicos	10
VI – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR.....	10
VI-1 – Contratações similares	10
VI-2 – Audiência pública	11
VII – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS.....	11
VII-1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais	11
VII-2 – Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte.....	12
VIII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	12
VIII-1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados.....	12
VIII-2 – Da fiscalização por meio de preposto da execução das principais atribuições da contratada.....	12
IX – JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO.....	14
IX-1 – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada.....	14
IX-2 – Indivisibilidade do objeto	14
X – RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS.....	15
X-1 – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação.....	15
XI – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO	16
XI-1 – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores	16
XI-2 – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado..	16
XI-3 – Juntada do cronograma ao processo e inclusão, no Mapa de Riscos, dos riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo	16
XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.....	17
XII-1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral	17
XIII - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO	17
XIII-1 – Viabilidade da contratação	17

I – INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado Estudo Técnico Preliminar, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 20, expedida pelo Secretário da SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, especialmente o disposto no art. 5º, atentando-se para as diretrizes constantes na referida Instrução Normativa.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE, pagos por meio de quilômetros rodados numa estimativa anual de 168.000 (cento e sessenta e oito mil km).

II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

II-1 – Justificativa da necessidade da contratação

A Resolução TRE/AM nº 002/2010, de 02 de Março de 2010, que regulamentou a Resolução 83/2009, do Conselho Nacional de Justiça que disciplina o uso dos veículos oficiais pelos órgãos do Poder Judiciário, possibilitou a locação de veículos terceirizados, conforme artigos 6º e 7º da respectiva Resolução, vejamos:

RESOLUÇÃO TRE/AM Nº 002/2010, DE 02 DE MARÇO DE 2010

Regulamenta a Resolução do CNJ nº 83/2009, de 24 de maio de 2017, que disciplina o uso dos veículos oficiais pelos órgãos do Poder Judiciário.

CAPÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

Art. 6º Os veículos do Tribunal, próprios, locados ou requisitados, são caracterizados, para fins desta Resolução, como “veículos oficiais”.

Art. 7º A classificação dos veículos oficiais integrantes da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas passa a ser a seguinte:

Grupo I - de representação (uso do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor);

Grupo II - de transporte institucional (uso exclusivo ou compartilhado pelos Desembargadores e Juizes que não estejam na Presidência, Vice-Presidência ou Corregedoria do Tribunal);

Grupo III - de serviços (uso no transporte de pessoal e materiais);

[original sem destaques]

Diante da possibilidade jurídica de terceirização do serviço de transporte, passamos a justificativa de fato.

Os motivos justificante de uma nova contratação de serviço de transporte são pelos fatos a seguir expostos:

- a)** Término da vigência do atual contrato de transporte (Contrato 01/2019);
- b)** A prorrogação do atual contrato não seria mais vantajoso para administração pública;
- c)** Pelo fato da quantidade de veículos do tipo picape não ser mais necessária para o serviço, conforme planejamento da Seção de Transporte;
- d)** Pelo remanejamento de recursos para contratação de serviço de apoio administrativo de 03 (três) motoristas na categoria “D” para

condução dos veículos oficiais do TRE/AM;

e) Pela possibilidade jurídica da Lei 2.486, de 24 de julho de 2019, regulamentada pelo decreto de nº 4.883, de 03 de agosto de 2020, ambas do Município de Manaus/Amazonas.

O primeiro motivo seria pela aproximação do término do contrato de nº 01/2019 previsto para o dia 18/03/2021, cuja prorrogação não é mais interesse do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

O segundo motivo seria por causa do atual contrato não ser mais vantajoso para administração pública, como também estratégico, uma vez que o valor cobrado pelo quilômetro rodado de R\$ 8,50 (oito reais, e cinquenta centavos) pela Empresa TLF LTDA encontra-se acima dos valores de mercado, além da necessidade de uma nova contratação de serviço de motoristas na categoria “D” para condução dos veículos oficiais do TRE/AM, cujo orçamento de manutenção depende da redução do custeio do atual contrato.

O terceiro motivo se dá pelo fato da transferência definitiva de 02 (duas) picapes dos Cartórios Eleitorais dos municípios de Iranduba e Manacapuru para a Sede do TRE/AM em Manaus. O evento ajudará na alocação desses veículos oficiais na Corregedoria e na Seção de Transporte, dispensando assim os veículos da terceirizada nessa quantidade de dois, resultando numa economia aproximada de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensal.

O quarto motivo se dá pelo fato de haver mudança estratégica quanto a prestação de serviço de transporte pelo setor competente (Seção de Transporte-Setran) às demais unidades e cartórios da capital. A mudança projetada foi necessária pelo advento da cessão das duas picapes do interior para a Sede, e pela pretensa contratação de motorista para condução destes veículos, como também dos demais veículos oficiais da secretaria e dos cartórios da capital (três vans, duas Toyotas Corollas, dois Ford Focus, um microonibus, um wolks/gol e três picapes S10), resultando racionalmente na mudança na política de gestão do serviço de transporte passageiro do TRE/AM no que diz respeito aos recursos disponíveis para manutenção dos futuros contratos de motorista e de transporte.

O quinto e último motivo deu-se pela possibilidade oferecida pelo poder legislativo e executivo da cidade de Manaus que criou e regulamentou o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativos ou plataformas de comunicação em rede no município de Manaus, cuja operacionalidade permiti pessoa jurídica de interesse privado.

Desta forma, a necessidade de mudança na prestação de transporte de passageiro vigente no TRE-AM é oportuna e vantajosa, considerando o controle e economicidade que a nova modalidade de transporte pode oferecer.

III – DA REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, SE HOUVER

III-1 – Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Considerando a **PA 291-58.2015.6.04.0000 – Classe 26 SADP 18.474 do ano de 2015, foi publicada a RESOLUÇÃO Nº 01/2016-TRE/AM, de 30 de março de 2016**, que *aprova o Plano Estratégico do TRE-AM para o sexênio 2016 a 2021, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral, e dá outras providências*. A referida portaria traz o **PLANO ESTRATÉGICO DO TRE/AM, – 2016/2021** propriamente dito. Na página 12, os **OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES**

ESTRATÉGICAS da citada RESOLUÇÃO, destacamos os seguintes objetivos e ações estratégicas:

a) Garantir a legitimidade do processo eleitoral e os direitos de cidadania e fortalecer a democracia: ao cumprir sua missão institucional, realizando as eleições e decidindo sobre as demandas judiciais delas decorrentes, a justiça eleitoral brasileira atua na defesa de direitos civis e contribui para o fortalecimento da democracia.

b) Aprimorar o processo eleitoral e fortalecer sua segurança: relaciona-se aos objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

c) Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional: tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

d) Combater a corrupção e a improbidade administrativa: refere-se ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

e) Melhorar a acessibilidade na justiça eleitoral: trata-se da implementação de medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, a fim de promover o acesso, amplo e irrestrito, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral.

f) Racionalizar e tornar ágil o processo de contratação: busca pela qualidade do processo de contratação, traduzida em racionalidade e agilidade, para que a administração possa contratar bons produtos e serviços, a baixo custo, e no tempo que permita sua utilização para o bom desempenho institucional.

g) Aprimorar a gestão de pessoas: refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

h) Promover a melhoria da governança e da gestão

institucional: diz respeito à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e relevantes para o TRE-AM e seus clientes. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho, de projetos, de riscos e de controles internos.

i) Garantir as soluções de TIC demandadas: garantia da confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos.

j) Aprimorar a gestão orçamentária e de custos: refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

III-2 – Vinculação com a Política Pública do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

A contratação pretendida, além de estar em perfeita harmonia com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (tópico supra), está pautada em política pública de atendimento ao eleitor, em especial, no presente caso, as atividades administrativas voltadas para o cidadão.

IV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

IV-1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

A empresa deverá estar regularmente estabelecida e devidamente autorizada a atuar no ramo do pretenso objeto a ser contratado, cuja comprovação deverá estar nos **registro das atividades econômicas constantes em seu Cadastro no Sistema Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF**, e ainda, estar devidamente autorizada pelo município de Manaus-AM, devendo, para tanto, deter o Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.

Estar em pleno gozo da capacidade de contratar com a Administração Pública Federal, em conformidade com os ditames da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Estar regular junto ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, à **Seguridade Social**, à **Dívida Ativa da União**, às **Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal e Justiça do Trabalho**.

Deter Capacidade Técnica na prestação dos serviços, por meio de atestado emitido por entidade pública ou privada, dando conta da realização de serviço similar ao licitado.

IV-2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado

Importa o registro que o serviço a ser contratado é de execução contínua, tendo em vista que sua paralisação, acaso ocorra, acarretará incalculável prejuízo ao bom andamento das atividades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, especialmente à Secretaria e aos Cartórios Eleitorais da Capital. Sendo assim, incide a

regra prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, segundo a qual a duração do contrato relativo à prestação de serviço de execução continuada poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses. Outrossim, a contratação almejada se amolda às disposições contidas no art. 15 da IN nº 05/2017-MPOG, segundo o qual os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

IV-3 – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada

A empresa que vier a ser contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Boas práticas sustentáveis para contratação de serviços de transportes e gestão de frotas de veículos (fonte: caderno de logística de Transportes do Governo Federal).

Aspectos a serem inseridos no Termo de Referência e/ou Minuta de Contratado:

Deverá ser firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

A contratada deverá fiscalizar se os motoristas estão observando, sempre que possível, a não utilização de combustíveis fósseis, quando couber.

A contratada deverá realizar treinamento relativo à ecocondução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

A contratada deverá controlar multas e acidentes.

Deverá proporcionar segurança aos passageiros, impedindo qualquer fato que coloque em risco a integridade física e psíquica dos servidores, colaboradores e terceiros.

Realizar os serviços conforme constante nas cláusulas contratuais, obedecendo aos critérios de responsabilidade ambiental previstos.

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

A contratada deverá promover a realização de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

A contratada deverá programa de gestão quanto a situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

IV-4 – Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza

continuada.

O pretenso contrato de prestação de serviço de transporte de passageiro terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável até 60 (sessenta) meses, conforme regra prevista na Lei 8.666/1993.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV-5 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Após a emissão da ordem de serviço ficará a contratada obrigada a entregar a Seção de Transporte arquivo digital de todas as corridas prestadas durante a vigência contratual, para suporte as comissões de fiscalização interna do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, a ser entregue a Seção de Transporte no limite máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do contrato celebrado.

IV-6 – Soluções de mercado que atendam aos requisitos da contratação pretendida.

A solução de serviços cuja contratação se pretende – a saber:

- a) Contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE, conforme as especificações do futuro Termo de Referência, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de **serviço comum** (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço ao Tribunal Regional Eleitoral poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

Em consulta ao site do Compras Governamental do Governo Federal no endereço <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp> foi catalogado licitação com objeto semelhante a pretensa contratação, com diversos participantes que prestam o serviço de transporte por meio de aplicativos de rede, vejamos:

Comprasnet
Portal de Compras do Governo Federal
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Portal de Compras Governamentais

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Brasília, 16 de Setembro de 2020

40001.142019.34680.4236.1422124838

PODER JUDICIÁRIO
Supremo Tribunal Federal

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00014/2019

Às 14:02 horas do dia 16 de março de 2019, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 43/2018 de 15/03/2018, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 001614/2017, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00014/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre, por demanda, por aplicativo de celular. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item 1
Descrição: Transporte Rodoviário - Pessoal por Automóveis
Descrição Complementar: Contratação de empresa para prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre, por demanda, por aplicativo de celular.
Tratamento Diferenciado:
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 283.555
Valor estimado: R\$ 966.922,5500

Unidade de fornecimento: Quilômetro
Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aceito para: COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 935.731,9900 e com valor negociado a R\$ 825.145,0500.

Histórico

Item: 1 - Transporte Rodoviário - Pessoal por Automóveis

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
11.735.329/0001-17	SOLUTIONS - SOLUCOES COMERCIAIS E GESTAO DE TRANSPOR	Sim	Sim	283.555	R\$ 3,3000	R\$ 935.731,9900	11/03/2019 20:30:17
00.521.294/0001-05	COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA	Não	Não	283.555	R\$ 3,4100	R\$ 966.922,5500	07/03/2019 11:11:58
16.351.665/0001-05	RODRIGO SANTOS BRASCHER BASILIO 0100446117	Sim	Sim	283.555	R\$ 3,4100	R\$ 966.922,5500	11/03/2019 12:50:42
72.597.566/0001-69	VIAGENS BRASIL TURISMO LTDA	Sim	Sim	283.555	R\$ 3,4100	R\$ 966.922,5500	15/03/2019 09:51:50

Forma 3 Informação

supremo

Realizar tudo Diferenciar maiúsculas/minúsculas Ocorrência 1 de 1

PT 13:08 16/09/2020

Embora se trate de serviço técnico especializado, não há de ser considerado limitador da participação de empresas especializadas no ramo.

Assim, temos por bem manter os requisitos da contratação pretendida, visto que não são restritivos, mas sim essenciais à qualidade do serviço que se espera com a contratação.

V – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

V-1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte

A quantidade estimada anual de 168.000 (cento e sessenta e oito mil) quilômetros rodados, tem como parâmetro os contratos de pagamentos anteriores de serviço de transporte junto TRE/AM, vejamos:

Tabela:

ANO	Nº PAD	EMPRESA	KM RODADO
2018	47/2018	ACB LTDA	151.220
2018	48/2018	GRIM LTDA	82.237
2019	3620/2019	TLF LTDA	85.662
MÉDIA			106.373

* A diferença de 62.000 KM, entre a quantidade solicitada (168.000) e a média (106.373) justifica-se pelo fato da inclusão da área metropolitana no pretensão contrato, ocasionada pela reestruturação administrativa que resultou na criação de termos eleitorais ligados a cartórios na capital.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 16/10/2020 14:20:31
Por: JONAS ROSA SILVA e outros

TRE

V-2– Necessidade de materiais específicos

Na contratação pretendida, não há previsão de utilização de materiais raros ou específicos, cuja previsibilidade não se mostre possível, razão pela qual não se faz necessária a inclusão de mecanismos para tratar dessa questão.

VI – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

VI-1 – Contratações similares

Em pesquisa de campo de mercado junto a outros órgãos da Administração Pública foi verificado que há contratos vigentes com o mesmo objeto pretendido. Os contratos encontrados foram:



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS

Av. André Araújo, 679 | Aleixo | Manaus/AM
CEP 69060 – 000 | Telefone (92) 98415-2526
E-mail: contrato@defensoria.am.gov.br

CONTRATO N.º 015/2019 – DPE/AM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE MEIO REGULAR DE
TRANSPORTE CELEBRADO ENTRE A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
AMAZONAS–DPE/AM E A EMPRESA
MANAUARA INTERMEDIÇÃO DE
SERVIÇOS DE TAXI EIRELI:

CLÁUSULA-PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Por força deste Contrato a **CONTRATADA** obriga-se a prestar os **serviços de meio regular de transporte, legalmente apto, para atender defensores, servidores, estagiários e colaboradores a serviço da Defensoria Pública do Estado do Amazonas na cidade de Manaus, através de empresa, cooperativa de táxi ou serviço de transporte individual privado de passageiros, por meio de solução tecnológica para operação e gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile visando garantir meios para que estes possam prestar suas funções institucionais de forma plena e célere** conforme a proposta datada de 03/10/2019, constantes do **PROCESSO**, e do Termo de Referência, os quais se encontram rubricados pelas partes e passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos.

1

VI-2 – Audiência pública

Na legislação brasileira atual, há várias menções às audiências públicas, a exemplo da Lei 9 472/96, da Lei 9 478/97 e da Lei 8 666/93, que, no seu artigo 39, prevê que, em casos de licitação ou contrato de grande vulto, seja feita, obrigatoriamente, uma audiência pública, o que confere legitimidade às decisões da Administração Pública, todavia, neste tipo de contratação não se faz necessário por não se enquadrar nos ditames legais.

VII – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

VII-1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais:



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Responsável: Josenildo Pereira Soares
Departamento: Seção de Análise e Compras

Relatório de Cotação: Transporte de servidores por aplicativo

Pesquisa realizada entre 21/09/2020 11:31:31 e 21/09/2020 13:38:21

Relatório gerado no dia 21/09/2020 14:15:50 (IP: 189.2.193.66)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 73 de 05 de Agosto de 2020, os preços constantes nesse relatório atendem ao Inc. I Art. 2º, (Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br), §2º do Art. 2º, (o resultado da pesquisa será a média dos preços obtidos), bem como Inc. II e III do Art. 2º.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 73 de 05 de Agosto de 2020, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC IV - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Transporte por aplicativo - Km rodado.

PREÇOS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL	
5	168.000	R\$ 3,49 (un)	-	R\$ 3,49	R\$ 586.320,00	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Homologação	Preço
1	PODER JUDICIÁRIO Tribunal Superior Eleitoral Tribunal Regional Eleitoral do Pará			NºPregão:92020 UASG:70004	08/05/2020	R\$ 3,37
2	GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS			NºPregão:252019 UASG:926430	09/10/2019	R\$ 3,40
Valor Unitário						R\$ 3,39
Preço Público	Órgão Público			Identificação	Data Homologação	Preço
1	SERVICO NACIONAL APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC / (1) SENAC			NºLicitação:817184	30/06/2020	R\$ 3,45
2	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDE / (1) GOVERNO DO ESTADO DO PARANA - SEAP			NºLicitação:795841	13/12/2019	R\$ 3,34
3	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO / (1) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO			NºLicitação:782587	24/09/2019	R\$ 3,89
Valor Unitário						R\$ 3,56
Média dos Preços Obtidos: R\$ 3,49						

Valor Global: R\$ 586.320,00

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 16/10/2020 14:20:31
Por: JONAS ROSA SILVA e outros

Para o balizamento do preço estimado da contratação, serão consideradas as orientações contidas na Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, ambas do MPOG. Quanto à pesquisa junto aos fornecedores, prevista no item IV do art. 2º da IN nº 05/2014, ela será possível após a conclusão dos Estudos Preliminares, quando forem definidas todas as particularidades da contratação pretendida, de maneira que será possível se estabelecer o valor médio e estimado a balizar a futura licitação.

VIII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

VIII-1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados

A empresa que vier a vencer o processo licitatório de serviço de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE, deverá prover solução integrada do Sistema de Rede, além da responsabilidade da comprovação da qualificação e dos requisitos legais, quanto aos motoristas, veículos, contrato, conforme segue:

a) Os motoristas deverão possuir a Carteira Nacional de Habilitação na categoria ‘B’ ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;

b) apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pela Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual e Justiça Federal dos motoristas cadastrados na plataforma que atenderal do TRE-AM;

VIII-2 - Da fiscalização por meio de preposto da execução das principais atribuições da contratada:

VIII-2.1 Disponibilizar número de telefone, fax, e-mail e/ou outro meio hábil que permita contato imediato com os representantes da CONTRATADA.

VIII-2.2 Diligenciar junto a todos os prestadores de serviço para:

a) apresentar os veículos limpos e em excelentes condições de manutenção;

b) respeitar as normas federais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do CONTRATANTE que versem sobre a matéria.

VIII-2.3 Responsabilizar-se por todas as providências necessárias, no caso da ocorrência de sinistro durante o transporte do usuário, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade ou obrigação solidária.

VIII-2.4 Responsabilizar-se civilmente por todos e quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por seus cooperados ou empregados, dolosa ou culposamente, aos usuários e/ou bens da União e de terceiros.

VIII-2.5 Disponibilizar aplicativo de celular que permita o agendamento online de utilização dos veículos.

VIII-2.6 Providenciar que os motoristas a seu serviço possuam aparelho de telefone celular, do tipo smartphone, apto para realização e recebimento de chamadas, e com o aplicativo de solicitação de viagens instalado, devendo essa despesa estar inclusa no preço proposto pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

VIII-2.7 Oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local do destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, ou mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de autenticação pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

VIII-2.8 Orientar os motoristas quanto ao uso devido dos serviços contratados e, se for caso emergencial, acionar o gestor do Contrato a qualquer hora/dia, caso se apresente, por exemplo, uma viagem de risco, transporte de pessoas em situação anômala ou não autorizadas, e, posteriormente, a CONTRATADA deverá, por escrito, comunicar, ao CONTRATANTE, as irregularidades que não foram sanadas de imediato para que tome as medidas cabíveis e preventivas.

VIII-2.9 Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado.

VIII-2.10 Proceder à apuração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante solicitação fundamentada, de eventuais irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, relacionadas com a execução dos serviços.

VIII-2.11 Se comprovada a participação e/ou envolvimento de motorista(s) da CONTRATADA que prestam serviços ao CONTRATANTE, este(s) será (ão) excluído(s) da relação de credenciados aptos a prestar o serviço e a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas no Contrato.

VIII-2.12 Exigir postura correta dos motoristas no atendimento ao usuário, tratando-o com respeito, urbanidade, cortesia e educação.

VIII-2.13 Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando o CONTRATANTE ou terceiros por qualquer dano ou prejuízo causado, decorrentes de erros, omissões ou irregularidades.

VIII-2.14 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações recebidas.

VIII-2.15 Disponibilizar veículos para prestar serviço ao CONTRATANTE em perfeito estado de conservação e limpeza, sob pena de reclamação e/ou recusa por parte do usuário.

VIII-2.16 Garantir a segurança das informações a que tiver acesso – confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade – tanto em meio eletrônico quanto físico.

VIII-2.17 Responder civil, penal e administrativamente por eventuais falhas na garantia da segurança.

VIII-2.18 Fornecer, mensalmente e ao final do contrato, em formato CSV, o log de todos os acessos e inclusões, alterações e exclusões realizados na base de dados.

VIII-2.19 Fornecer, mensalmente e ao final do Contrato, em formato CSV, o histórico dos atendimentos executados, especialmente os seguintes dados:

- a) usuário requisitante;
- b) endereços de origem e destino;

- c) imagem geoprocessada do percurso;
- d) distância total percorrida;
- e) data e horário de início e de fim da viagem;
- f) tempo total de viagem;
- g) valor total do atendimento;
- h) identificação do veículo (modelo e placa);
- i) identificação do motorista (nome);
- j) avaliação do atendimento;
- k) justificativa do atendimento.

IX – JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

IX-1 – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada

Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.

O foco principal da contratação pretendida é um só: Contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE, conforme as especificações deste Termo de Referência. Os demais atos que antecedem a prestação do serviço correspondem às atividades preparatórias para a execução do transporte em si, que se consolida com a expedição da ordem de serviço.

A solução de dividir pregões eletrônicos em itens é possível, de modo a possibilitar a ampliação da disputa entre os licitantes. Todavia, não pode haver prejuízo para o conjunto ou complexo licitado. Para que tal situação não ocorra, é possível reunir os itens em lotes ou grupos, atentando-se para o fato de que “o fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória”.

IX-2 – Indivisibilidade do objeto

A experiência havida em outros órgãos e no próprio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas demonstra ser mais adequado e eficiente que a contratação pretendida seja selecionada através de procedimento licitatório constituído em item único, qual seja: **Contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE.**

As duas formas de se realizar o pregão eletrônico – itens reunidos em lote(s) ou item único – atendem as necessidades do órgão que necessita contratar serviço único e integrado. O ponto em comum de ambas soluções reside no fato de que aquilo que pode ser reunido deve ser concentrado, de sorte que apenas uma empresa vença a licitação, solução esta que não pode ser diferente quando se pretende proceder à

contratação de determinado serviço que funcione perfeitamente e em completa harmonia e interligação.

Assim, não será prevista a contratação em vários itens ou mesmo lotes, de sorte que apenas uma empresa vença a disputa do certame, garantindo-se que a solução integrada do serviço de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE, seja eficaz e atenda aos interesses do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

X – RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

X-1 – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação

Atualmente, a Seção de Transporte não possui contrato de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica **tipo aplicativo de celular compatível**, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE.

O que há disponível em mobilidade de transporte junto ao TRE-AM é o contrato 01/2019 sob demanda pago por meio de quilômetro rodado, todavia sem tecnologia de rede por meio de App de condutor e passageiro.

O contrato 01/2019 na época da elaboração do Termo de Referência no ano de 2018 não pode projetar a contratação pelo fato de ainda não haver Lei municipal a época que regulamentasse a matéria de transporte por meio de aplicativo, somente agora existe esta possibilidade com o advento da Lei nº 2.486, de 24 de julho de 2019 da Câmara Municipal de Manaus, regulamentada pelo Decreto nº 4.883, de 03 de agosto de 2020 do executivo municipal.

Além da possibilidade jurídica da contratação, cabe ressaltar que o atual contrato é desvantajoso para administração pública quando comparado por meio da contabilidade de custos do serviço. Se não, vejamos:

Diferença do custo do quilômetro rodado pago ao contrato nº 01/2019 e pelo sistema de transporte de Rede:

Vejamos:

Parâmetro	Valor do Km/Rodado.	Eventual deslocamento do TRE-SEDE/TRT 11- Ferreira Pena-Centro de Manaus.	Valor Total
Contrato nº 01/2019	R\$ 8,50	5,1 km * 2 = 10,2 km	R\$ 86,70
Média dos valores cotados por meio de App	R\$ 3,39	5,1 km * 2 = 10,2 km	R\$ 34,578

Percebe-se que a diferença entre os valores cobrados por ambos os tipos de modalidade de transporte chega a quase 60%, fato que impõe a observância do princípio da economicidade pela administração pública.

XI – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

XI-1 – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores

Para que a contratação pretendida tenha sucesso, é preciso que várias etapas sejam vencidas. A seguir, indicaremos cada uma delas, com seus prazos previstos e setor responsável por sua gerência.

DATA	EVENTO	RESPONSÁVEL
até 31/10/2020	Conclusão de todos os estudos destinados à licitação contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por demanda, no âmbito da cidade de Manaus e Região Metropolitana, com a disponibilização de solução tecnológica tipo aplicativo de celular compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais android e ios e que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos via ON-LINE	EQUIPE DE PLANEJAMENTO
01/11/2020 a 31/12/2020	Seleção da nova empresa a ser contratada por meio de Pregão Eletrônico	CPL/TRE
01/01/2021 28/02/2021	Assinatura do novo contrato	PRESIDÊNCIA/TRE/AM
19/03/2021	Início do Serviço	SETRAN/TRE

Até **31/10/2020**, a Equipe de Planejamento deverá concluir todos os estudos destinados à licitação para selecionar empresa prestadora do serviço de apoio administrativo de motorista.

Durante o período de **01/11/2020 a 31/12/2020**, deverá haver a seleção, por meio de Pregão Eletrônico a ser encabeçado pela CPL/TRE, da nova empresa a ser contratada.

Até **28/02/2021**, o Ordenador de Despesas TRE/PRES deverá proceder à assinatura do novo contrato.

Entre **01/03/2021 e 19/03/2021** está prevista o início da prestação de serviço.

XI-2 – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado

Os servidores indicados para compor a Equipe de Planejamento possuem ampla experiência em suas respectivas áreas de atribuição, incluindo o futuro fiscal de contrato, sendo dispensável, *a priori*, a necessidade de capacitação desses servidores.

XI-3 – Juntada do cronograma ao processo e inclusão, no Mapa de Riscos, dos riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo

O cronograma apresentado acima, parte integrante destes *Estudos Preliminares*, será devidamente incluído nos autos deste processo PAD_TREAM_011315/2020.

Quanto aos riscos de a contratação fracassar, caso os ajustes não ocorram em tempo, eles serão detalhados no documento denominado *Mapa de Riscos*.

XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

XII-1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral

No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

XIII - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

XIII-1 – Viabilidade da contratação

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que o aprimoramento da prestação do serviço de transporte pela Seção de Transporte-SETRAN, cuja dinâmica já se faz presente no mercado.

Assim, concluímos pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA**.

Manaus/AM, 16 de outubro de 2020.

JONAS ROSA SILVA
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE

ALDO ANÍSIO PEREIRA DE FRANÇA
CPL/SAO

JOSENILDO PEREIRA SOARES
SECOM/COMAP/SAO